

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	62
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	64
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	65
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	991.031.991
Preferenciais	991.031.991
Total	1.982.063.982
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	1.053.034	1.024.430	499.083
1.01	Ativo Circulante	544.993	637.822	348.882
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	134.852	84.568	120.852
1.01.02	Aplicações Financeiras	384.631	536.504	225.687
1.01.03	Contas a Receber	10.989	9.412	260
1.01.03.01	Clientes	10.989	9.412	260
1.01.03.01.01	Contas a receber	10.338	9.399	0
1.01.03.01.02	Contas a receber - partes relacionadas	651	13	260
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.244	6.155	983
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.269	1.178	1.098
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8	5	2
1.02	Ativo Não Circulante	508.041	386.608	150.201
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.903	4.075	2.186
1.02.01.07	Tributos Diferidos	3.801	3.902	2.186
1.02.01.07.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.801	3.902	2.186
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.102	173	0
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	1.326	173	0
1.02.01.10.04	Outros créditos	776	0	0
1.02.03	Imobilizado	40.769	33.489	15.678
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	25.434	25.223	15.678
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	657	548	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	14.678	7.718	0
1.02.04	Intangível	461.369	349.044	132.337
1.02.04.01	Intangíveis	461.369	349.044	132.337
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	286.492	275.927	710
1.02.04.01.02	Infraestrutura em construção	171.083	70.033	126.391
1.02.04.01.03	Intangível em andamento	3.794	3.084	5.236

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	1.053.034	1.024.430	499.083
2.01	Passivo Circulante	38.003	22.938	48.606
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.963	2.938	893
2.01.01.01	Obrigações Sociais	532	367	226
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.431	2.571	667
2.01.02	Fornecedores	15.564	10.687	43.215
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.564	10.687	43.215
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.136	6.494	3.009
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.025	5.556	2.106
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	4.067	1.015
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	2.025	1.489	1.091
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.111	938	903
2.01.05	Outras Obrigações	15.340	2.819	1.489
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.234	1.346	1.053
2.01.05.02	Outros	14.106	1.473	436
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	12.263	0	0
2.01.05.02.04	Passivo de arrendamento	426	334	0
2.01.05.02.05	Obrigações com o poder concedente	517	464	436
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	900	675	0
2.02	Passivo Não Circulante	3.838	1.241	0
2.02.02	Outras Obrigações	2.438	1.241	0
2.02.02.02	Outros	2.438	1.241	0
2.02.02.02.03	Obrigações trabalhistas e previdenciária	26	0	0
2.02.02.02.04	Fornecedores	2.157	1.005	0
2.02.02.02.05	Passivo de arrendamento	255	236	0
2.02.03	Tributos Diferidos	7	0	0
2.02.04	Provisões	1.393	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	1.393	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	1.393	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.011.193	1.000.251	450.477
2.03.01	Capital Social Realizado	980.941	980.941	451.657
2.03.04	Reservas de Lucros	-53.484	19.310	0
2.03.04.01	Reserva Legal	2.943	2.943	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	16.367	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	-56.427	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	83.736	0	-1.180

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	280.835	317.607	118.202
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-194.221	-261.811	-118.202
3.02.01	Custo de construção	-116.709	-217.338	-118.202
3.02.02	Serviços	-25.590	-15.921	0
3.02.03	Custo com pessoal	-21.850	-14.801	0
3.02.04	Custo com o poder concedente	-8.496	-7.867	0
3.02.05	Depreciação e amortização	-7.850	-5.012	0
3.02.06	Materiais, equipamentos e veículos	-6.051	-4.906	0
3.02.07	Custos capitalizados	0	9.299	0
3.02.08	Provisão de manutenção	-1.341	0	0
3.02.09	Outros	-6.334	-5.265	0
3.03	Resultado Bruto	86.614	55.796	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-18.085	-9.343	-6.455
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.142	-9.893	-6.455
3.04.02.01	Despesas com pessoal	-7.010	-1.533	-726
3.04.02.02	Serviços	-3.730	-5.061	-1.943
3.04.02.03	Custo com o Poder Concedente	0	0	-2.095
3.04.02.04	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-671	-410	-62
3.04.02.05	Materiais, equipamentos e veículos	-327	-472	-402
3.04.02.06	Depreciação e amortização	-2.911	-1.104	0
3.04.02.07	Gastos com viagens e estadias	-193	-149	-63
3.04.02.08	Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros	-1.702	-275	0
3.04.02.09	Outros	-1.598	-889	-1.164
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	57	550	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	68.529	46.453	-6.455
3.06	Resultado Financeiro	71.501	29.425	4.622
3.06.01	Receitas Financeiras	71.787	29.635	4.628
3.06.02	Despesas Financeiras	-286	-210	-6

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	140.030	75.878	-1.833
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-27.691	-15.839	653
3.08.01	Corrente	-27.590	-17.555	-1.533
3.08.02	Diferido	-101	1.716	2.186
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	112.339	60.039	-1.180
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	112.339	60.039	-1.180
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,11452	0,06673	-0,00451
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,11452	0,06673	-0,00451

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	112.339	60.039	-1.180
4.03	Resultado Abrangente do Período	112.339	60.039	-1.180

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	49.650	28.327	38.774
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	64.804	67.904	-3.366
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	112.339	60.039	-1.180
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	101	-1.716	-2.186
6.01.01.03	Depreciação e amortização	10.408	5.724	0
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado e intangível	26	390	0
6.01.01.05	Reversão do ajuste a valor presente arrendamento	37	61	0
6.01.01.06	Depreciação - direito de uso em arrendamento	353	392	0
6.01.01.07	Rendimento de aplicação financeira	-59.853	3.014	0
6.01.01.08	Provisão de manutenção	1.341	0	0
6.01.01.09	Ajuste a valor presente - provisão de manutenção	52	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.154	-39.577	42.140
6.01.02.01	Contas a receber	-939	-9.399	0
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-638	247	-260
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-7.089	-5.172	-983
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outras	-2.023	-256	-1.100
6.01.02.05	Fornecedores	6.133	-31.523	39.092
6.01.02.06	Fornecedores - partes relacionadas	-112	293	1.053
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	1.051	2.045	893
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	11.998	16.840	3.527
6.01.02.09	Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	-23.820	-13.355	-518
6.01.02.10	Obrigações com o Poder Concedente	53	28	0
6.01.02.11	Outras contas a pagar	225	675	436
6.01.02.13	Impostos diferidos	7	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	81.692	-553.915	-369.579
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-11.006	-10.660	-15.163
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-122.638	-229.445	-128.729
6.02.03	Outros de ativo imobilizado	3.610	21	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.04	Aplicações financeiras líquidas de resgate	211.726	-313.831	-225.687
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-81.058	489.304	451.657
6.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-80.670	-39.549	0
6.03.02	Arrendamento - pagamento principal	-388	-431	0
6.03.03	Integralização de capital	0	529.284	451.657
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	50.284	-36.284	120.852
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	84.568	120.852	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	134.852	84.568	120.852

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	980.941	0	19.310	0	0	1.000.251
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	980.941	0	19.310	0	0	1.000.251
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	112.339	0	112.339
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	112.339	0	112.339
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.942	-112.339	0	-101.397
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-10.750	-5.617	0	-16.367
5.06.04	Distribuição de dividendos	0	0	21.692	-50.295	0	-28.603
5.06.05	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-56.427	0	-56.427
5.07	Saldos Finais	980.941	0	30.252	0	0	1.011.193

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	451.657	0	0	-1.180	0	450.477
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	451.657	0	0	-1.180	0	450.477
5.04	Transações de Capital com os Sócios	529.284	0	0	0	0	529.284
5.04.01	Aumentos de Capital	529.284	0	0	0	0	529.284
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	60.039	0	60.039
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	60.039	0	60.039
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.310	-58.859	0	-39.549
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	19.310	-19.310	0	0
5.06.04	Distribuição de dividendos	0	0	0	-10.843	0	-10.843
5.06.05	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-28.706	0	-28.706
5.07	Saldos Finais	980.941	0	19.310	0	0	1.000.251

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	451.657	0	0	0	0	451.657
5.04.01	Aumentos de Capital	451.657	0	0	0	0	451.657
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.180	0	-1.180
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.180	0	-1.180
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	451.657	0	0	-1.180	0	450.477

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	296.563	327.224	118.202
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-171.525	-253.436	-123.857
7.02.04	Outros	-171.525	-253.436	-123.857
7.02.04.01	Custo de construção	-118.050	-217.338	-118.202
7.02.04.02	Custo com o poder concedente	0	0	-2.095
7.02.04.03	Custos dos serviços prestados	-45.451	-28.861	-1.543
7.02.04.04	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-8.024	-7.237	-2.017
7.03	Valor Adicionado Bruto	125.038	73.788	-5.655
7.04	Retenções	-10.761	-6.116	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.761	-6.116	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	114.277	67.672	-5.655
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	71.787	29.635	4.628
7.06.02	Receitas Financeiras	71.787	29.635	4.628
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	186.064	97.307	-1.027
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	186.064	97.307	-1.027
7.08.01	Pessoal	24.802	8.837	312
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.993	4.535	-78
7.08.01.02	Benefícios	6.464	3.580	268
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.082	528	101
7.08.01.04	Outros	263	194	21
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	47.357	27.441	-239
7.08.02.01	Federais	38.376	22.002	-239
7.08.02.02	Estaduais	58	43	0
7.08.02.03	Municipais	8.923	5.396	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.566	990	80
7.08.03.01	Juros	237	186	6
7.08.03.02	Aluguéis	1.329	804	74
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	112.339	60.039	-1.180

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.04.02	Dividendos	106.722	39.549	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.617	20.490	-1.180

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. ("Companhia", "Concessionária" ou "CCR ViaCosteira"), juntamente com as Demonstrações Financeiras, relativos ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A Companhia é uma sociedade anônima aberta domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rua Silvio Burigo, 555, Bairro Oficinas, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 7 de agosto de 2050, composto pela rodovia BR-101/SC, entre o município de Paulo Lopes/SC no início da ponte sobre o Rio da Madre (Km 244+680) e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no município de Passo de Torres/SC, início da Ponte sobre o Rio Mampituba (Km 465+100), sendo responsável pela administração de 220,420 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2020 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em 06 julho de 2020.

A Companhia foi constituída em 11 de março de 2020 e iniciou suas operações, como os serviços de atendimento aos usuários em 07 de fevereiro de 2021.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 02 de maio de 2021 em quatro praças ao longo da rodovia BR-101, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de maio.

1.3 Destaques de 2022

Em 2022 foram implantadas quatro novas bases operacionais e reformadas duas. Também foram adequados sete acessos e executados reforços de duas obras de artes especiais: ponte sobre o Rio Araçatuba e ponte sobre o Rio Paulo Lopes. Ainda continuam em andamento a implantação de dispositivos de segurança, a 1ª intervenção em obras de artes especiais e a restauração do pavimento ao longo de todo o trecho concedido.

O EBITDA em 2022 cresceu 53,4% em relação a 2021, totalizando R\$ 80.631. Esse crescimento é explicado pela 1ª revisão ordinária e o reajuste da tarifa básica de pedágio e, pela arrecadação ter iniciado em maio/2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Valores em R\$ Mil	2022	2021	Δ%
Receita líquida operacional (b)	164.126	100.269	63,7%
Dedução da receita	(15.728)	(9.617)	63,5%
EBIT ajustado (a)	68.529	46.453	47,5%
Margem EBIT ajustado (a)	41,8%	46,3%	-4,6 p.p.
EBITDA ajustado (a)	80.631	52.569	53,4%
Margem EBITDA ajustado (a)	49,1%	52,4%	-3,3 p.p.
Lucro líquido	112.339	60.039	87,1%

- a) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA ajustados pelas receitas líquidas operacionais, excluídas as receitas de construção.
- b) A receita líquida operacional é composta pela receita de pedágio e outras receitas, excluída a receita de construção.

Em novembro foi divulgado o resultado da pesquisa CNT – Confederação Nacional do Transporte, que é a principal pesquisa no ramo de rodovias. A BR-101/SC foi classificada como “Ótima” e está no TOP 15 em 11º lugar.

1.4 Volume de tráfego

A arrecadação da tarifa de pedágio iniciou em 02 de maio de 2021 nas 4 praças de pedágio com cobranças bidirecionais nos municípios de Laguna, Tubarão, Araranguá e São João do Sul. Em 2022, teve um aumento de 51,7% no total de veículos equivalentes frente ao ano anterior. Esse aumento se deve a ter um ano completo de operação e pelo aumento de tráfego nas rodovias devido ao retorno do turismo após restrições da pandemia de COVID.

Em Unidades	2022	2021	Δ%
Veículos leves	30.945.071	19.341.769	60,0%
Veículos pesados (Veq ¹)	48.385.045	32.949.723	46,8%
Total Veículos Equivalentes (Veq¹)	79.330.116	52.291.492	51,7%

1) Veq - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2. Desempenho Econômico-Financeiro**2.1 Desempenhos**

As operações da Companhia tiveram início em 07 de fevereiro de 2021. Em 2022 obteve um aumento de 53,4% no EBITDA quando comparado com o ano anterior.

Em 2022, ainda em recuperação dos reflexos de crise econômica mundial decorrente da pandemia do Covid-19, a Companhia que passou a operar integralmente as quatro praças de pedágio previstas no contrato de concessão em 2021, obteve aumento de 87,1% no lucro líquido, totalizando o montante de R\$ 112.339 quando em 2021 o montante foi de R\$ 60.039.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em R\$ mil	2022	2021	Var.%
Receita líquida	280.835	317.607	-11,58%
Receita de pedágio	179.695	109.884	63,53%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	116.709	217.338	-46,30%
Outras receitas	159	2	7850,00%
(-) Deduções da receita bruta	(15.728)	(9.617)	63,54%
(-) Custos e despesas (a)	(212.306)	(271.154)	-21,70%
Custo de construção (ICPC 01 R1)	(116.709)	(217.338)	-46,30%
Demais custos e despesas	(95.597)	(53.816)	77,64%
Resultado antes Resultado Financeiro	68.529	46.453	47,52%
(+/-) Resultado financeiro líquido	71.501	29.425	142,99%
(-) Imposto de renda e contribuição social	(27.691)	(15.839)	74,83%
Lucro líquido	112.339	60.039	87,11%
(-) Resultado financeiro líquido	(71.501)	(29.425)	142,99%
(+) Imposto de renda e contribuição social	27.691	15.839	74,83%
EBIT (b)	68.529	46.453	47,52%
Margem EBIT	24,40%	14,63%	66,84%
Margem EBIT ajustada (b)	42,57%	46,33%	-8,11%
(+) Depreciação/amortização	10.761	6.116	75,95%
EBITDA (c)	79.290	52.569	50,83%
Margem EBITDA	28,2%	16,6%	70,58%
Margem EBITDA ajustada (c)	49,1%	52,4%	-6,30%
Investimentos (d)	(130.034)	(240.084)	-45,84%
Veículos equivalentes (em milhares)	79.330	52.291	51,71%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas.

(b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas excluindo-se a receita de construção.

(c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção.

(d) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa para o período ocorrido em 2022 e 2021, diferente dos investimentos apresentados nos demais quadros, que correspondem ao período de competência da realização das obras.

2.2 Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. No período de 16 de junho de 2022 a 01 de maio de 2023, o valor da Tarifa Básica de Pedágio – TBP determinada pelo referido órgão é de R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos), conforme deliberação N.º 200, de 13 de junho de 2022.

Em 2022, o total de veículos pedagiados foi de 43.460.143 ou 79.330.116 em veículos equivalentes bidirecionais nas 4 praças de pedágio.

A receita operacional da Companhia em 2022, considerando a receita de pedágio e a receita de construção totalizou R\$ 296.563. Em 2021, a receita operacional totalizou R\$ 327.224.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Valores em R\$ Mil	2022	2021	Δ%
Receita de Pedágio	179.695	109.884	63,5%
Receita de Construção	116.709	217.338	-46,3%
Receitas Acessórias e Extraordinárias	159	2	7850,0%
Receita Bruta Total	296.563	327.224	-9,4%

Receita de Pedágio: Em 2022, houve aumento em 63,5% da receita devido ter um ano completo de arrecadação, em 2021 o início se deu em maio, e pelo aumento de tráfego nas rodovias devido ao retorno do turismo após restrições da pandemia de COVID.

Receita de construção: Em 2022 os investimentos reduziram 46,3% em relação ao ano anterior, decorrente do término das obras referente aos trabalhos iniciais estabelecidos no contrato de concessão.

2.2.1 Custos e despesas totais

Os custos totais em 2022 foram de R\$ 212.306, dos quais R\$ 95.597 são custos operacionais e R\$ 116.709 são custo de construção.

Valores em R\$ Mil	2022	2021	Δ%
Custo de construção	(116.709)	(217.338)	-46,3%
Custo e despesa com pessoal	(33.187)	(16.334)	103,2%
Materiais equipamentos e veículos	(6.378)	(5.378)	18,6%
Serviços de terceiros	(29.320)	(20.982)	39,7%
Outros custos e gastos gerais	(10.441)	(6.438)	62,2%
Custos capitalizado (a)	4.327	9.299	-53,5%
Custos contratuais	(8.496)	(7.867)	8,0%
Provisão de manutenção	(1.341)	-	0,0%
Depreciação e amortização	(10.761)	(6.116)	75,9%
Total Custos e Despesas	(212.306)	(271.154)	-21,7%

- (a) O atendimento aos usuários da rodovia iniciou em fevereiro de 2021, no entanto, a receita de pedágio teve início em maio de 2021. Dessa forma, todos os custos operacionais incorridos no período anterior à cobrança de pedágio, foram capitalizados a título de operação antecipada. Após maio de 2021, os custos de mão de obra das equipes de engenharia foram capitalizados às obras.

Custo de construção: No ano 2022 os investimentos com obras de ampliação foram menores em 46,3% que o ano anterior, devido a conclusão do cronograma de investimentos dos trabalhos iniciais estabelecidos no contrato de concessão e demais obras do primeiro ano de concessão, tais como construção das praças de pedágio, recuperação do pavimento, revitalização de sinalização horizontal e vertical, obras de arte corrente, terraplenos, construção de quatro bases operacionais na BR-101/SC. Ainda há obras em andamento como a implantação de dispositivos de segurança, intervenção em obras de artes especiais e a restauração de pavimento ao longo do trecho concedido.

Custo e despesas com pessoal: No ano 2022, a companhia conta com 373 colaboradores. Em 2022, houve um aumento de 52 colaboradores nas áreas operacionais e 18 administrativos.

Materiais, equipamentos e veículos: Os principais custos de materiais, equipamentos e veículos foram com manutenções dos veículos e combustíveis devido aos fortes aumentos, além dos demais itens para manutenção e conservação da rodovia, dos postos de atendimentos aos usuários e praças de pedágio.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Serviços de terceiros: Aumento de 39,7% nas contas de serviços de terceiros se deve a operação completa no ano de 2022. Os principais serviços terceirizados são o atendimento pré-hospitalar e a manutenção e conservação da rodovia dos postos de atendimento e das praças de pedágio.

Gastos gerais e outros custos: Os principais custos operacionais são relacionados à energia elétrica da iluminação viária da rodovia, bases operacionais e praças de pedágio, passarelas, túneis e marginais.

Custos capitalizados: A redução dos custos capitalizados em 53,5% é decorrente da finalização dos trabalhos iniciais com o início da arrecadação em maio de 2021, onde eram capitalizados todos os custos operacionais. Em 2022, seguimos capitalizando os custos das equipes da engenharia que atuam diretamente nas obras.

Custos contratuais: São obrigações estabelecidas no contrato de concessão, dentre elas, podemos destacar em 2022, a verba de fiscalização paga mensalmente à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e os diversos seguros incorridos, tais como, o seguro patrimonial (*all risks*), o seguro de risco de engenharia das obras em execução, e os seguros de responsabilidade civil e garantia.

Depreciação e amortização: Aumento de depreciação e amortização em 2022 devido as finalizações de obras e investimentos.

2.2.2 EBITDA e EBIT

O EBITDA em 2022 cresceu 53,4% em relação a 2021, totalizando R\$ 80.631. A margem EBITDA é de 49,1% em 2022, tendo uma redução de 3,3p.p frente a 2021, devido ao aumento dos custos operacionais, motivada pelo ano completo de operação, diferente de 2021 que a operação se iniciou em maio.

Reconciliação do EBITDA Ajustado

Valores em R\$ Mil	2022	2021	Δ%
Lucro líquido	112.339	60.039	87,11%
(+) IR/CS	27.691	15.839	74,83%
(+) Resultado financeiro	(71.501)	(29.425)	142,99%
(+) Depreciação e amortização	10.761	6.116	75,95%
EBITDA	79.290	52.569	50,83%
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>28,2%</i>	<i>16,6%</i>	<i>11,7p.p.</i>
(+) Provisão de manutenção (b)	1.341	-	100,00%
EBITDA ajustado	80.631	52.569	53,38%
<i>Margem EBITDA ajustada (c)</i>	<i>49,1%</i>	<i>52,4%</i>	<i>-3,3p.p.</i>

Reconciliação do EBIT

Valores em R\$ Mil	2022	2021	Δ%
Lucro líquido	112.339	60.039	87,11%
(+) IR/CS	27.691	15.839	74,83%
(+) Resultado financeiro	(71.501)	(29.425)	142,99%
EBIT	68.529	46.453	47,52%
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>24,4%</i>	<i>14,6%</i>	<i>9,8p.p.</i>
EBIT ajustado	68.529	46.453	47,52%
<i>Margem EBIT ajustada (c)</i>	<i>41,8%</i>	<i>46,3%</i>	<i>-4,6p.p.</i>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- (a) Cálculo efetuado segundo instrução CVM n.º 527/2012.
- (b) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenções periódicas das rodovias, ajustada, pois se trata de item não caixa nas informações financeiras intermediárias.
- (c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas operacionais, o que exclui a receita de construção.
- (d) As margens EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

2.2.4 Resultado financeiro líquido

Valores em R\$ Mil	2022	2021	Δ%
Despesas Financeiras	(286)	(210)	36,2%
Taxas, comissões	(197)	(149)	32,2%
Outras despesas financeiras	(89)	(61)	45,9%
Receitas Financeiras	71.787	29.635	142,24%
Rendimento de aplicações financeiras	71.605	29.632	141,6%
Juros e outras receitas financeiras	182	3	5966,7%
Resultado Financeiro Líquido	71.501	29.425	143,0%

O resultado financeiro líquido da Companhia, em 2022 e 2021, é decorrente dos rendimentos das aplicações financeiras realizadas pelo aumento da taxa CDI, com os recursos dos aportes dos acionistas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Os aportes ocorreram em junho de 2020 no valor de R\$ 451.657, e em fevereiro de 2021 no valor de R\$ 529.284.

2.2.5 Investimentos

Em 2022, os investimentos realizados totalizaram R\$ 133.506, uma redução de 44% em relação a 2021, isso se deu devido ao término dos trabalhos iniciais e implantação das praças de pedágio em 2021. Em 2022 destacamos as entregas de seis bases operacionais, sendo duas reformadas e quatro novas nos quilômetros 268 sul, 306 norte, 354 sul e 448 norte da BR-101. Foram adequados sete acessos ao longo do trecho concedido e executados reforços em duas obras de artes especiais, ponte sobre o Rio Araçatuba e ponte sobre o Rio Paulo Lopes.

Encontram-se em andamento a implantação de dispositivos de proteção e segurança, a 1ª intervenção em obras de artes especiais e restauração de pavimento ao longo de todo o trecho concedido.

Investimentos	2022	2021
Praças de Pedágio/ Bases/ SAU's/ PGFs	11.014	51.654
Serviços no Pavimento	55.055	4.520
Trabalhos Iniciais	50	115.958
Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança	4.379	15.135
Obras de Arte Especiais	14.976	4.750
Meio Ambiente e Desocup. Fx de Domínio	2.028	449
Obras de Ampliação de Capacidade	15.837	4.751
Restauração de Taludes	2.757	4.076
Monitoração	-	84
Equipamentos e Outros	23.083	29.431
Capitalizações	4.327	9.299
Total	133.506	240.105

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os investimentos descritos acima são valores contábeis, históricos, registrados no momento de competência de cada período.

2.2.6 Valor Adicionado

O valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Companhia em 2022, foi de R\$ 114.277 e de R\$ 67.672 em 2021 representando 40,69% e 21,31% respectivamente da receita operacional líquida respectivamente.

2.2.7 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. Os dividendos ainda seguem as determinações da Lei das Sociedades por Ações (lei n.º 6.404/1976).

Em 25 de abril, conforme aprovado em RCA, foram distribuídos dividendos no valor de R\$ 16.367 com base na posição de 31 de dezembro de 2021.

Em 22 de novembro, conforme aprovado em RCA, foram distribuídos dividendos intermediários no valor de R\$ 28.603 referente aos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2022 e juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 42.000. Em 12 de dezembro, foi aprovado o destaque de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 14.427 referente ao resultado de 2022 calculado sobre patrimônio líquido em 31 dezembro 2021 acrescido ou reduzido de movimentações ocorridas em 2022. O pagamento ocorrerá conforme vier a ser oportunamente deliberado.

2.2.8 Planejamento Empresarial

A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas com maior crescimento econômico do Brasil, com uma das menores taxas de desemprego do país e o 6º maior PIB entre os estados brasileiros, impulsionado pelo setor de serviços (68%), indústria (26%) e agropecuária (6%).

O planejamento empresarial tem se mostrado eficaz ao mapear os objetivos estratégicos e permitir a adaptabilidade e resiliência no enfrentamento de diversos desafios impostos pelas incertezas da pandemia do Covid-19, e na execução das tarefas que levam ao cumprimento dos resultados pactuados com os acionistas da Companhia.

Utilizando a criatividade para superar as restrições impostas pela pandemia encontramos novas soluções que são tão eficientes quanto as práticas anteriores, permitindo um maior domínio de todo o processo de gestão empresarial, lapidando os processos e garantindo os resultados diante das adversidades.

2.2.9 Gestão pela Qualidade Total

Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Concessionária em 2022 conquistou a certificação da ISO 9.001 – Gestão da Qualidade, 14.001 – Gestão de Meio Ambiente e 39.001 – Gestão de Segurança Viária.

2.2.10 Recursos Humanos

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 373 pessoas de forma direta, das quais, 191 pessoas foram contratadas em 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

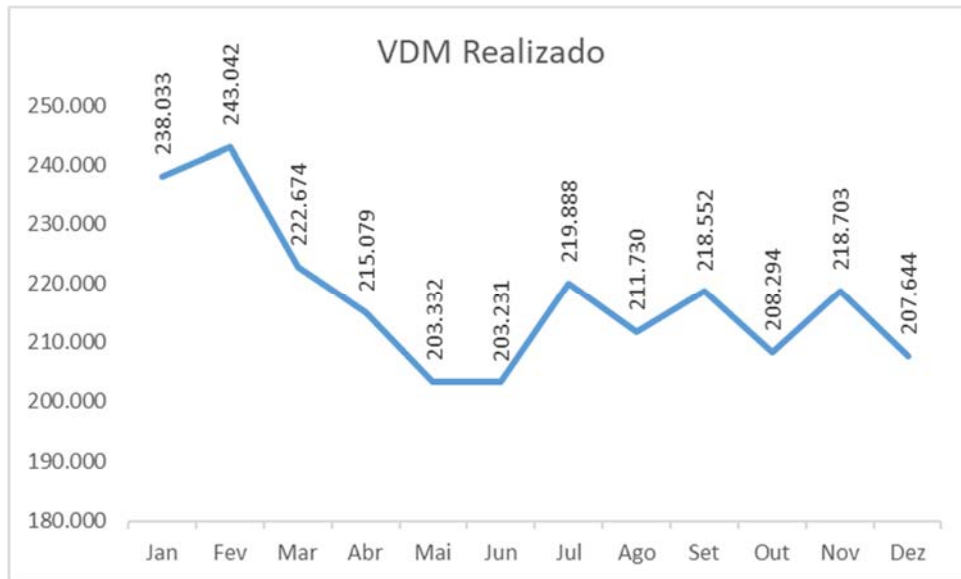
3. Indicadores Operacionais

3.1 Caracterização do Tráfego

3.1.1 Volume

No gráfico a seguir, é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente mensal (VDM) de 2022, que totalizou um Volume Diário Médio Equivalente Ano (VDMA) de 212.083.

Variação mensal do volume no ano base



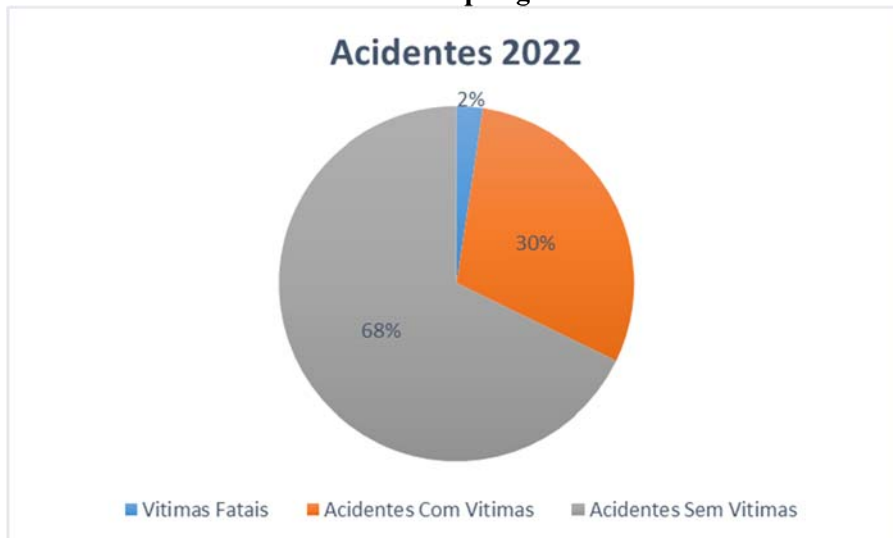
3.2 Segurança no Trânsito

3.2.1 Acidentes

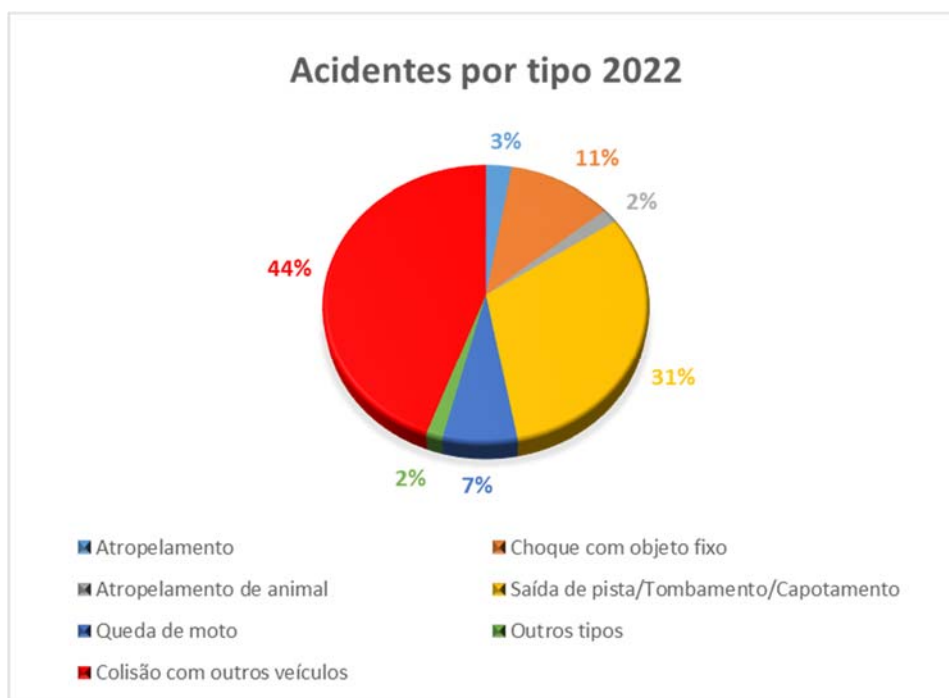
Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido a partir de 7 de fevereiro de 2021, que foi o início do atendimento médico e mecânico na Companhia. Estes percentuais estão classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no período em 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Percentual de acidentes por gravidade em 2022



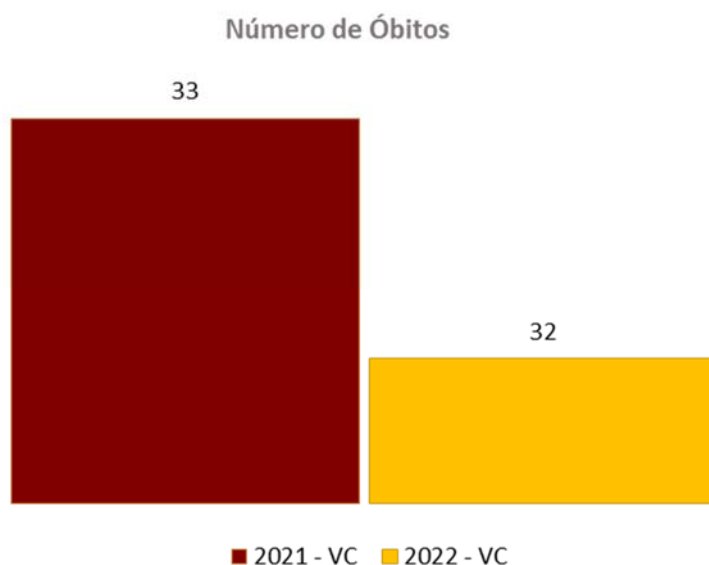
Percentual de acidentes por tipo em 2022



O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Para a comparação do número de mortos, utilizamos os dados da Concessionária, levando em conta que o atendimento ao usuário iniciou em 7 de fevereiro de 2021. Observando os dados temos uma redução em relação a 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



3.3 Dados de Operação da Concessão

3.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (220 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tipos de veículos alocados na concessão.**

TIPO DE VEÍCULO	Quantidade	Qtde/ 100km
Viatura de inspeção	6	2
Guincho leve	3	1
Guincho pesado	2	0
Ambulância tipo C	4	1
Ambulância tipo D	2	0
Supervisão	1	0
Pipa	2	0
Munck	2	0
Caminhão boiadeiro	2	0
BobCat	2	0
Total de veículos operacionais	26	11
Administração	31	14
Pedágio	1	0
Segurança de trabalho	1	0
Manutenção	3	1
Total de veículos de apoio	62	28
Total	88	40

No exercício de 2022, foram registrados 40.767 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (disque CCR ViaCosteira).

3.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tipo de funcionários alocados na concessão**

FUNCIONÁRIOS	Qtd	Qtd/VDMA x 10.000
Gestor de contrato	1	0,05
Conservação	4	0,19
CCO	24	1,13
Engenharia	16	0,75
TI	9	0,42
Administrativo	40	1,89
Tráfego	43	2,03
Arrecadação	236	11,13
Total Geral	373	17,59

3.4 Aspectos Financeiros

Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da Companhia do exercício atual, início da sua concessão.

Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício atual, em 2022, e o acumulado contempla o mesmo valor desde o início da concessão em 6 de julho de 2020.

3.4.1 Receita (em R\$ mil)

O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

	Em 2022	Acumulado
Receitas de pedágio	179.695	289.579
Receitas acessórias	159	161
Total das receitas	179.854	289.740

3.4.2 Investimentos

As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2022	Acumulado
Adição do intangível	112.325	461.369
Aquisição de imobilizado	7.171	40.112
Total dos investimentos	119.496	501.481

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**3.4.3 Custos e Despesas Operacionais**

	Em 2022	Acumulado
Custos Operacionais, exceto Custo de Construção	77.512	126.064
Despesas Operacionais	18.142	30.411
Total Custos e Despesas Operacionais	95.654	156.475

3.4.4 ISS pagos

A tabela mostra o valor total dos ISS pagos para as prefeituras no ano base.

	Em 2022	Acumulado
Pedágio	8.920	14.316
ISS Total	8.920	14.316

3.4.5 Tarifas

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em R\$ 2,40 em todas as praças, conforme tabela abaixo:

Praça de Pedágio	Cobrança	AUTO	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	MOTO
		1,00	2,00	1,50	2,00	3,00	4,00	5,00	6,00	7,00	8,00	9,00	10,00	0,50
Araranguá	2,40	2,40	4,80	3,60	4,80	7,20	9,60	12,00	14,40	16,80	19,20	21,60	24,00	1,20
Laguna	2,40	2,40	4,80	3,60	4,80	7,20	9,60	12,00	14,40	16,80	19,20	21,60	24,00	1,20
São João do Sul	2,40	2,40	4,80	3,60	4,80	7,20	9,60	12,00	14,40	16,80	19,20	21,60	24,00	1,20
Tubarão	2,40	2,40	4,80	3,60	4,80	7,20	9,60	12,00	14,40	16,80	19,20	21,60	24,00	1,20

Concessionária em números

Dados anuais	VIACOSTEIRA	Unidade de medida ou comentário
Extensão da rodovia	220	Quilômetros
Número de veículos que transitaram	43.460.143	
Veículos leves	31.212.009	(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Motos	1.043.997	
Caminhões e ônibus	11.204.137	
Veículos isentos	447.179	
Número de praças de pedágios	4	
Tarifa	2,4	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	220	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito médio diário equivalente	212.083	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Equipamentos utilizados pelo concessionário		Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	VDR>=47 para	Microtextura (Valor de resistência à derrapagem)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	BR-101/SC	
	HS > 0,50	Macrotextura (Profundidade média de areia)
Receita de pedágio	179.695	Expresso em milhares de reais

Fator capital

Despesas de depreciação	10.761	As taxas de depreciação/amortização estão detalhadas nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente.
Caixa e equivalentes de caixa	519.483	Incluídas as Aplicações financeiras
Ativo bruto	1.053.034	
Série Histórica dos Investimentos	508.041	Em unidades monetárias
Custo de oportunidade do capital	8,47 % a.a.	WACC Regulatório

Fator trabalho

Número de trabalhadores	373	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	332	
Administrativo	41	
Despesas de pessoal	28.860	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	21.850	
Administrativo	7.010	

Fatores Intermediários

Despesas em administração	3.730	Em valores monetários, exceto, despesas com pessoal e depreciação
Despesas em manutenção	327	
Outras despesas	4.491	

Seguridade

Quantidade de acidentes	1.951	
Acidentes c/ vítimas feridas	587	
Acidentes s/ vítimas	1.333	
Acidentes c/ mortos	31	
Vítimas feridas	727	
Mortos	31	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Indicadores**

Receita por veículo	R\$ 2,27	Considerado receitas operacionais, exceto receita de construção.
Custo por veículo	R\$ 1,15	Considerado custos e despesas operacionais, exceto custo de construção.

Balanço social

	2022	2021
Faturamento bruto	296.563	327.224
Receita líquida (RL)	280.835	317.607
Resultado operacional (RO)	68.529	46.453
Folha de pagamento bruta (FPB)	28.860	10.914

Indicadores sociais internos

	2022	% Sobre FPB - 2022	% sobre RL - 2022
Alimentação	1.989	6,89%	0,71%
Encargos sociais	7.193	24,92%	2,56%
Previdência Privada	125	0,43%	0,04%
Saude	1.685	5,84%	0,60%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%
Educação	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	148	0,51%	0,05%
Creches ou auxílio creches	102	0,35%	0,04%
Participação dos lucros ou resultados	1.703	5,90%	0,61%
Outros	3.806	13,19%	1,36%
Total - Indicadores Sociais Internos	16.751	58,04%	5,96%

Indicadores sociais externos

	2022	% Sobre FPB - 2022	% sobre RL - 2022
Tributos (exceto encargos sociais)	34.265	118,73%	12,20%
Total - Indicadores sociais externos	34.265	118,73%	12,20%

Indicadores ambientais

	2022	2021
Investimentos relacionados com a operação da Concessionária:	519	403
Investimentos em programas e/ou projetos externos:		0
Total de investimentos em meio ambiente	519	403

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:

- () Não possui metas
 () Cumpre de 0 a 50%
 () Cumpre de 50 a 75%
 (x) Cumpre de 75 a 100%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Indicadores do corpo funcional	2022	2021
Nº de colaboradores ao final do período	373	303
Tempo de serviço		
até seis meses	28,69%	54,79%
de seis meses a um ano	22,52%	26,07%
entre um e dois anos	37,53%	17,16%
entre dois e cinco anos	10,46%	0,66%
mais de cinco anos	0,80%	1,32%
Nº de admissões durante o período	191	245
Nº de demissões durante o período	219	151
Nº de colaboradores terceirizados (*)	1018	41
Nº de estagiários (as)	1	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	0	3
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	90	60
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	222	196
Nº de colaboradores acima de 45 anos	61	44
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	224	385
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0%	0%
Remuneração paga a mulheres no período	331.769	225.329
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	39	11
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	4	0
Total de horas extras trabalhadas	1.231	2.862
Total de INSS pagos	4.058	2.077
Total de FGTS pago	1.082	528
Total de IR recolhido no período	19.982	12.846
Total de CSLL recolhido no período	7.608	4.709
Total de PIS recolhidos no período	1.171	721
Total de COFINS recolhidos no período	5.403	3.329
Total de outros tributos recolhidos no período	8.920	5.396

(*) Contratação de equipes terceiras, como APH, conservação, em 2022

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerencias () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerencias () todos os colaboradores () todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerencias (X) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerencias (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos () não se envolve
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() apoia (X) organiza e incentiva

	2022	2021
% de reclamações e críticas solucionadas:	100%	97%
Valor adicionado total a distribuir	186.064	97.307
Distribuição do Valor Adicionado		
% governo	25%	28%
% acionistas	60%	62%
% colaboradores	13%	9%
% terceiros	1%	1%
% retido	0%	0%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Demais assuntos

4.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

4.2 Sustentabilidade

A sustentabilidade é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração (CA-CCR) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, e estando a gestão desta estratégia a cargo da Vice-Presidência de Governança, Riscos, *Compliance* e Auditoria Interna também responsável pela área de ESG. A atuação do CA-CCR, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com *stakeholders*, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. Em 2022, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 12ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, possuímos *rating* A no MSCI, nota B no CDP e Selo Ouro no GHG *Protocol* desde 2013.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia, conforme descrito no item 2.3.3.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item [Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR](#). Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI) e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.3 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- *Disclosure Insight Action* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores de acordo com cada setor.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- Movimento Ambição *Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.

4.4 Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando a transformação social nas regiões onde atua.

Apoia projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e por meio dos programas proprietários, como o Caminhos para a Cidadania, que está presente em mais de 1.600 escolas e forma mais de 3 mil professores, e o Caminhos para a Saúde, que oferece atendimentos de saúde a caminhoneiros, motociclistas, passageiros, ciclistas e clientes de metrô somando 49 mil atendimentos em 2022. O foco do Instituto CCR é a transformação social por meio de iniciativas de cultura, educação, esporte e saúde. Somente em 2022, foram aplicados R\$ 49 milhões em projetos sociais. Saiba mais em www.institutoccr.com.br.

4.5 Considerações Finais

4.5.1 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº. 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

4.5.2 Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

4.5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”), emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

4.5.4 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

Tubarão, 2 de março de 2023.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rua Silvio Burigo, 555, Bairro Oficinas, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 7 de agosto de 2050, composto pela rodovia BR-101/SC, entre o município de Paulo Lopes/SC no início da ponte sobre o Rio da Madre (Km 244+680) e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no município de Passo de Torres/SC, início da Ponte sobre o Rio Mampituba (Km 465+100), sendo responsável pela administração de 220,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2020 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em 06 julho de 2020.

A Companhia foi constituída em 11 de março de 2020 e iniciou suas operações, como os serviços de atendimento aos usuários em 7 de fevereiro de 2021.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 02 de maio de 2021 em quatro praças ao longo da rodovia BR-101, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de maio.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e as normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 2 de março de 2023 foi autorizada pelo Conselho da administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas na nota explicativa 3n - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível. As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 8b Impostos diferidos
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 18 Instrumentos financeiros

3. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras:

a) *Receitas de contratos com clientes*

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b) *Instrumentos financeiros*

Reconhecimento e mensuração inicial

Os contatos a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Notas Explicativas

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Notas Explicativas

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

d) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados, quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

e) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

Notas Explicativas

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “n”

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Notas Explicativas

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

h) Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

Notas Explicativas

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

i) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros, gastos de despesas bancárias e IOF.

j) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa

Notas Explicativas

avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

l) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

m) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, é adotada a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa n.º 18 com base nos termos contratuais, sob o entendimento do contrato de concessão ser contrato executório. A Administração da Companhia avalia que este contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

n) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a

Notas Explicativas

direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

o) Arrendamento

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em “direito de uso em arrendamento” e passivos de arrendamento em “arrendamento” no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

p) Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado de Santa Catarina e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

q) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional

Notas Explicativas

r) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

- **Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16) após 30 de junho de 2021**

A alteração estendeu a disponibilidade do expediente prático de aplicação às concessões de aluguel para que qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afete apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

- **Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)**

As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foram considerados tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022.

- **Revisão anual das normas de IFRS 2018 – 2020 (aplicáveis para a Companhia)**

i. IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas IFRS por subsidiárias

Esta alteração simplifica a aplicação da IFRS 1 para uma subsidiária que adota pela primeira vez as Normas IFRS depois de sua controladora – ou seja, se uma subsidiária adota as Normas IFRS posteriormente e aplica a IFRS 1. Uma subsidiária pode optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações estrangeiras em valores incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as normas IFRS.

ii. IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Taxas incluídas no teste de ‘10 por cento’ para baixa de passivos financeiros

Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de ‘10 por cento’ ao avaliar se um passivo financeiro deve ser desreconhecido. Assim, uma entidade incluiria apenas as taxas pagas ou recebidas entre a entidade (o devedor) e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pela entidade ou pelo credor em nome da outra parte.

iii. IFRS 16 – Arrendamentos

A alteração removeu o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros, visto que o exemplo clarifica se o reembolso atenderia à definição de incentivo de arrendamento na IFRS 16.

s) Novas normas ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8);
- IFRS 17 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8) e IFRS *Practice Statement* 2;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- Passivos de arrendamento em uma venda e leaseback – alterações ao CPC 06 (IFRS 16); e
- Passivo não circulante com covenants – alterações ao CPC 26 (IAS 1).

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Caixa e bancos e Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas Explicativas

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco financeiro e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b. Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 17 e 18.

c. Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

Notas Explicativas

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	16.464	859	764	518	16
Fornecedores - partes relacionadas	1.234	-	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	517	-	-	-	-

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2022	2021
Caixa e bancos	2.638	1.686
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	132.214	82.882
Total - Caixa e equivalentes de caixa	134.852	84.568
	2022	2021
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	384.631	536.504
Total - Aplicações financeiras	384.631	536.504

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 103,50% do CDI, equivalente a 12,86% a.a. (113,92% do CDI, equivalente a 5,01% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

7. Contas a receber

	2022	2021
Circulante		
Receitas de pedágio (a)	10.226	9.379
Receitas acessórias (b)	112	20
	10.338	9.399

Idade de vencimento dos títulos:

	2022	2021
Crédito a vencer	10.338	9.399
	10.338	9.399

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Companhia e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (b) Créditos de receitas acessórias (locação de painéis publicitários e aluguel de espaços) previstas nos contratos de concessão.

8. Imposto de renda e contribuição social**a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

Notas Explicativas

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	140.030	75.878
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(47.610)	(25.799)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(326)	(36)
Juros sobre capital próprio	19.185	9.760
Incentivos relativos ao imposto de renda	1.036	211
Outros ajustes tributários	24	25
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(27.691)	(15.839)
Impostos correntes	(27.590)	(17.555)
Impostos diferidos	(101)	1.716
	(27.691)	(15.839)
Alíquota efetiva do imposto	19,78%	20,87%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2021	Reconhecido no resultado	2022	
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	385	151	536	536
Constituição da provisão de manutenção	-	474	474	474
Despesas pré-operacionais (a)	3.443	(795)	2.648	2.648
Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e Cofins	66	61	127	127
Outros	8	8	16	16
Imposto diferido líquido ativo	3.902	(101)	3.801	3.801

	2020	Reconhecido no resultado	2021	
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	14	371	385	385
Despesas pré-operacionais (a)	2.172	1.271	3.443	3.443
Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e Cofins	-	66	66	66
Arrendamento	-	8	8	8
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	2.186	1.716	3.902	3.902

- (a) Conforme IN 1700 de 2017 artigo 128, o imposto diferido das despesas pré-operacionais é realizado no momento que a Companhia entra em operação, de forma linear em 60 parcelas.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

	Saldos					
	2022			2021		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo						
Aplicações financeiras	-	445.149	445.149	-	-	-
Bancos conta movimento	-	7	7	-	-	-
Contas a receber	3	648	651	1	12	13
Passivo						
Fornecedor e contas a pagar	1.178	56	1.234	1.064	282	1.346
Juros sobre capital próprio	12.263	-	12.263	-	-	-

	Transações					
	2022			2021		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas de serviços prestados - suporte e manutenção tecnologia	-	-	-	-	1.817	1.817
Custos / despesas de serviços prestados - gestão administrativa	-	-	-	2.303	-	2.303
Custos / despesas - doações	-	632	632	-	105	105
Custos / despesas de serviços prestados - CCR GBS	1.110	-	1.110	-	-	-
Repasse de custos e despesas de colaboradores	-	13	13	-	4	4
Repasse de custos e despesas - CCR GBS	11.098	-	11.098	-	-	-
Receitas de aplicações financeiras	-	20.680	20.680	-	-	-
Benefício da previdência privada de colaboradores	-	41	41	-	-	-
Imobilizado/ Intangível	740	-	740	-	3.250	3.250

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR.

10. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2021		2022		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		546	-	(1)	10	555
Máquinas e equipamentos		2.767	-	-	914	3.681
Veículos		5.926	-	-	63	5.989
Equipamentos operacionais		18.344	-	(4)	3.311	21.651
Imobilizado em andamento		7.718	11.006	(21)	(4.025)	14.678
Total do custo		35.301	11.006	(26)	273	46.554
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(38)	(57)	-	-	(95)
Máquinas e equipamentos	14	(173)	(525)	-	-	(698)
Veículos	24	(1.276)	(1.464)	-	-	(2.740)
Equipamentos operacionais	10	(873)	(2.036)	-	-	(2.909)
Total da depreciação		(2.360)	(4.082)	-	-	(6.442)
Total geral		32.941	6.924	(26)	273	40.112

	Taxa média anual de depreciação %	2020		2021		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)
Valor de custo						
Móveis e utensílios		-	-	-	546	-
Máquinas e equipamentos		-	-	-	2.767	-
Veículos		-	-	-	5.926	-
Equipamentos operacionais		-	-	-	18.344	-
Imobilizado em andamento		15.678	10.660	(5)	(18.594)	(21)
Total do custo		15.678	10.660	(5)	8.989	(21)
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	-	(38)	-	-	-
Máquinas e equipamentos	13	-	(173)	-	-	-
Veículos	25	-	(1.276)	-	-	-
Equipamentos operacionais	10	-	(871)	-	(2)	-
Total da depreciação		-	(2.358)	-	(2)	-
Total geral		15.678	8.302	(5)	8.987	(21)

Notas Explicativas

- (a) Reclassificação entre ativo imobilizado e o intangível; e
 (b) Refere-se a sinistros.

11. Intangível e infraestrutura em construção

		2021	2022			
	Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		278.879	-	19.710	(3.539)	295.050
Direitos de uso de sistemas informatizados		412	-	720	-	1.132
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		3.084	1.603	(893)	-	3.794
Total do custo		282.375	1.603	19.537	(3.539)	299.976
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(3.347)	(6.120)	-	-	(9.467)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(17)	(206)	-	-	(223)
Total da amortização		(3.364)	(6.326)	-	-	(9.690)
Total intangível		279.011	(4.723)	19.537	(3.539)	290.286
Infraestrutura em construção (b)		70.033	121.035	(19.810)	(175)	171.083
		2020	2021			
	Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		710	4.227	(348)	274.290	278.879
Direitos de uso de sistemas informatizados		-	-	-	412	412
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		5.236	4.619	(37)	(6.734)	3.084
Total do custo		5.946	8.846	(385)	267.968	282.375
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	-	(3.349)	-	2	(3.347)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	-	(17)	-	-	(17)
Total da amortização		-	(3.366)	-	2	(3.364)
Total intangível		5.946	5.480	(385)	267.970	279.011
Infraestrutura em construção (b)		126.391	220.599	-	(276.957)	70.033

- (*) Amortização pela curva de benefício econômico;
 (a) Reclassificação entre ativo imobilizado, infraestrutura em construção e o ativo intangível;
 (b) Em 2022 refere-se a implantação de dispositivos de proteção e segurança, primeira intervenção em obras de arte especiais, restauração de pavimento, implantação do PMV fixo, readequação de talude e recuperação de pequenos terraplenos nos kms 282, 271 e 337, bem como a implantação de usina solar. Em 2021, refere-se, principalmente, às obras de duplicação da BR-336 Km 324+100 ao Km 344+400; e
 (c) Refere-se a sinistros.

Notas Explicativas**12. Arrendamento****a. Direito de uso em arrendamento**

	2021	2022	
	Saldo inicial	Adições/ Remensuração	Saldo final
Valor custo			
Veículos	940	462	1.402
Total de custo	940	462	1.402
Valor de depreciação			
Veículos	(392)	(353)	(745)
Total de depreciação	(392)	(353)	(745)
Total geral	548	109	657

b. Passivo de arrendamento

	Saldo inicial	Adições	Reversão do ajuste a valor presente	Pagamentos	Transferências	Saldo final
Circulante	334	171	37	(388)	272	426
Não circulante	236	291	-	-	(272)	255
	570	462	37	(388)	-	681

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 9,64% a.a. para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido um montante de R\$ 309 como despesa de aluguel (R\$ 818 em 31 de dezembro de 2021), decorrente de arrendamentos não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma (não circulante)

	2022
2024	149
2025	106
	255

Notas Explicativas**13. Fornecedores**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	12.396	7.602
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>3.168</u>	<u>3.085</u>
	<u>15.564</u>	<u>10.687</u>
Não circulante		
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>2.157</u>	<u>1.005</u>
	<u>2.157</u>	<u>1.005</u>

- (a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e
- (b) Trata-se de retenção contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

14. Provisão de manutenção

	<u>2021</u>		<u>2022</u>	
	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Ajuste a valor presente</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante	-	1.341	52	1.393
Total	<u>-</u>	<u>1.341</u>	<u>52</u>	<u>1.393</u>

A taxa de desconto em 31 de dezembro de 2022, para o cálculo do valor presente, é de 9,64% a.a..

15. Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 980.941, dois quais R\$ 10.091 ainda não foram integralizados, representado por 991.031.991 ações ordinárias.

b. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da lei n.º 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da lei n.º 6.404/1976. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral

Notas Explicativas

Ordinária. Em 2022, o montante constituído em reserva de retenção de lucros foi destinado em sua totalidade para distribuição de dividendos.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (lei n.º 6.404/1976).

Em 25 de abril de 2022, foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária (AGO), o pagamento de dividendos no montante de R\$ 16.367, correspondentes a R\$ 0,1651599294 por ação, inicialmente destinado à Reserva de Retenção de Lucros em 31 de dezembro de 2021. O pagamento ocorreu em 28 de abril de 2022.

Em 22 de novembro de 2022, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 28.603, correspondentes a R\$ 0,02886205839 por ação, à conta de parte dos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2022, pagos em 29 de novembro de 2022.

A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 21.692, a serem aprovados na AGO de 2023.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2021, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2022
Lucro líquido do exercício	112.339
(-) Constituição de reserva legal	(5.617)
Lucro líquido ajustado	<u>106.722</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>26.681</u>
Total de juros sobre capital próprio pagos e aprovados no exercício (líquido de IRRF)	56.427
Total de dividendos mínimos intermediários pagos no exercício	28.603
Dividendo adicional proposto	<u>21.692</u>
Total	<u><u>106.722</u></u>

e. Juros sobre capital próprio

Em 22 de novembro de 2022, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 42.000, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 35.700, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 6.300, pagos em 29 de dezembro de 2022.

Em 12 de dezembro de 2022, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 14.427, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 12.263, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 2.164, a serem pagos quando oportuno.

Notas Explicativas**f. Lucro básico e diluído**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	112.339	60.039
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	<u>980.941</u>	<u>899.736</u>
Lucro por ação - básico e diluído	0,11452	0,066730

16. Receitas operacionais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas de pedágio	179.695	109.884
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	116.709	217.338
Receitas acessórias	<u>159</u>	<u>2</u>
Receita bruta	<u>296.563</u>	<u>327.224</u>
Impostos sobre receitas	(15.494)	(9.446)
Abatimentos	<u>(234)</u>	<u>(171)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(15.728)</u>	<u>(9.617)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>280.835</u></u>	<u><u>317.607</u></u>

17. Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente - arrendamento	(37)	(61)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(52)	-
Taxas e outras despesas financeiras	<u>(197)</u>	<u>(149)</u>
	<u><u>(286)</u></u>	<u><u>(210)</u></u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	71.605	29.632
Juros e outras receitas financeiras	<u>182</u>	<u>3</u>
	<u>71.787</u>	<u>29.635</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>71.501</u></u>	<u><u>29.425</u></u>

18. Instrumentos financeiros

Notas Explicativas

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a acionista indireta CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

		<u>2022</u>	<u>2021</u>
	Nível		
Ativos			
Valor justo através do resultado			
Caixa e bancos	Nível 2	2.638	1.686
Aplicações financeiras	Nível 2	<u>516.845</u>	<u>619.386</u>
		<u>519.483</u>	<u>621.072</u>
Custo amortizado			
Contas a receber		10.338	9.399
Contas a receber de clientes - partes relacionadas		<u>651</u>	<u>13</u>
		<u>10.989</u>	<u>9.412</u>
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores e outras contas a pagar		(18.621)	(12.367)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas		(1.234)	(1.346)
Juros sobre o capital próprio		(12.263)	-
Obrigações com Poder Concedente		<u>(517)</u>	<u>(464)</u>
		<u>(32.635)</u>	<u>(14.177)</u>
		<u>497.837</u>	<u>616.307</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

Notas Explicativas

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de financiamento, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ⁽³⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI ⁽²⁾	516.845	45.167	34.011	22.767
Efeito sobre as aplicações financeiras		45.167	34.011	22.767

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	13,65%	10,24%	6,83%
--------------------	--------	--------	-------

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3; e
 (3) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verbas de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2022 esses compromissos estavam estimados em R\$ 1.989.578. (R\$ 1.896.622 em 31 de dezembro de 2021).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

- a. As transações que não afetaram caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2022	2021
Fornecedores	(104)	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(104)	-
Outros de ativo intangível	104	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	104	-

Notas Explicativas**b. Reconciliação das atividades de financiamento**

	Arrendamento	Dividendos e juros sobre capital próprio	Total
Saldo Inicial	(570)	-	(570)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamento de principal	388	-	388
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	80.670	80.670
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	388	80.670	81.058
Outras variações			
Reversão de ajuste a valor presente	(37)	-	(37)
Outras variações que não afetam o caixa	(462)	(68.407)	(68.869)
Total das outras variações	(499)	(68.407)	(68.906)
Saldo Final	(681)	12.263	11.582

Notas Explicativas**Composição do Conselho de Administração**

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro

Composição da Diretoria

Fausto Camilotti	Diretor Presidente
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor
Thais Caroline Borges	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0"S"SC

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos acionistas e Administradores da
Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.
Tubarão – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 2 (e), 2(n) e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 121.035 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão.

Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.

A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.
- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao

fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 02 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Tubarão/SC, 02 de março de 2023.

FAUSTO CAMILOTTI
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR

THAIS CAROLINE BORGES
DIRETORA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Tubarão/SC, 02 de março de 2023.

FAUSTO CAMILOTTI
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR

THAIS CAROLINE BORGES
DIRETORA